

**HABEAS CORPUS Nº 548.331 - SP (2019/0355636-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : FERNANDA CACCAVALI MACEDO GAMA - SP199563  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : IDNILSON RAFAEL SANTOS BARRETO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de IDNILSON RAFAEL SANTOS BARRETO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2200965-96.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 04/09/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 155, § 4.º, inciso I, e no art. 155, *caput*, do Código Penal. A prisão foi convertida em preventiva pelo Juízo de primeira instância.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem.

Neste *writ*, alega a Defesa que não houve fundamentação idônea para a decretação da prisão preventiva do Paciente.

Aduz que "[o] *simples fato de ostentar maus antecedentes não é requisito para a conversão automática de posterior prisão em flagrante em preventiva*" (fl. 4).

Requer, liminarmente e no mérito, "*a aplicação de uma das medidas restritivas de liberdade previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, em substituição ao cárcere cautelar imposto ao paciente pela instância inferior*" (fl. 9).

É o relatório inicial. Decido.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente porque o Juízo de primeira instância, ao converter a prisão em flagrante em preventiva, ressaltou que "há

**REINCIDÊNCIA (condenação por tráfico, com extinção de punibilidade pelo cumprimento da pena em 2017)** na espécie" (fl. 68), a evidenciar o risco concreto de reiteração delitiva, o que parece demonstrar a necessidade da prisão para garantia da ordem pública.

Assim, a espécie em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Requisitem-se informações ao Juízo de primeira instância, solicitando-lhe, ainda, chave de acesso às informações processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora